



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Sétima Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 114240-5/01 - Recife

Embargante: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Embargado : Universidade de Pernambuco - UPE e outro

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

*Detulive
5447*

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÕES DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. VÍCIOS INOCORRENTES. RECURSO CONHECIDO E, UNANIMEMENTE, DESPROVIDO.

- a) Distintamente do alegado pelo embargante, ao se cotejar o recurso com a decisão embargada, infirma-se a alegação de omissão quanto ao questionamento sobre a parcela da receita da UPE oriunda de transferência de receitas pelo Estado de Pernambuco;
- b) Não configura contradição a contrariedade entre a decisão e alguma das teses recursais, mas a incompatibilidade lógica entre premissas e conclusão do próprio provimento. Portanto, a oposição do embargante às conclusões do julgado embargado quanto às fontes de receita da UPE não abre ensanchas para embargos de declaração;
- c) Recurso conhecido e, sem discrepâncias, rejeitado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração nº 114240-5/01, nos quais figuram, como embargante, o



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Ministério Público do Estado de Pernambuco, e, como embargados, a
Universidade de Pernambuco e o Movimento Estudantil Libertação,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores
Desembargadores integrantes da Sétima de Câmara Cível do Tribunal de
Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **rejeitar os**
Embargos opostos, tudo de conformidade com os votos e notas
taquigráficas em anexo, que devidamente revistos e rubricados, passam a
integrar este julgado.

Recife, 01 de Dezembro de 2009.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Sétima Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 114240-5/01 - Recife

Embargante: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Embargado : Universidade de Pernambuco - UPE e outro

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pelo **Ministério Público do Estado de Pernambuco** com o escopo de suprir pretensa omissão e contradição supostamente contaminadoras do acórdão decisório da Apelação Cível nº 114240-5.

O Movimento Estudantil Libertação, um dos embargados, ente representativo dos estudantes secundaristas e universitários do Sertão Pernambucano, ingressou com Mandado de Segurança, perante a primeira instância, requerendo, em sede liminar, a confirmação da matrícula semestral, independentemente de qualquer pagamento, até o julgamento definitivo do *mandamus*, dos estudantes substituídos processuais.

Alegou o impetrante que a criação da Universidade de Pernambuco se deu no ano de 90, após a promulgação da Constituição de 1988, que proibiu a cobrança de qualquer taxa nas Universidades Públicas. No julgamento definitivo, requereu a confirmação da liminar, assegurando aos impetrantes a continuidade de seus estudos e expedição do diploma, por ocasião da conclusão do curso, independentemente do pagamento das mensalidades e das matrículas por disciplinas a cada semestre letivo.

A Diretora da Faculdade de Formação de Professores de Petrolina prestou as informações, asseverando o descabimento do Mandado de Segurança, visto ser a cobrança de contribuições, realizada pela Universidade, permitida por lei.

Sentenciando, o juízo primevo concedeu a segurança, determinando que a autoridade se abstivesse de cobrar dos substituídos no processo as taxas de matrícula ou as mensalidades por disciplina a cada semestre letivo.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

A sentença foi alvejada pelo apelo de nº 114240-5, interposto sob a alegação de que a Fundação Universidade de Pernambuco - UPE é resultante da transformação da anterior Fundação de Ensino Superior do Estado de Pernambuco - FESP, preexistente à promulgação da Constituição de 1988. Com base nessa circunstância, a Universidade postulou a incidência do artigo 242 da Constituição, que encerra regra de transição autorizadora da cobrança de mensalidade por parte das instituições públicas de ensino superior, municipais ou estaduais, fundadas antes da atual Carta Magna.

Provido o recurso por esta Sétima Câmara, o Ministério Público lhe desafia a decisão, por via dos aclaratórios em lanço, opostos ao abrigo de dois argumentos:

- Omissão sobre a arguição dos impetrantes de que as mensalidades e taxas seriam insuficientes para custear o funcionamento da Universidade, restando a maior responsabilidade do custeio para o erário do Estado. Ao ver do *Parquet*, essa questão seria essencial para aferir o direito à gratuidade do ensino;
- Contradição do acórdão (*sic*) em relação à opinião do Ministério Público sobre as consequências da Lei nº 10.518/90, cujo art. 6º reserva para a UPE 8% da receita destinada à educação pela Constituição Estadual (25% da receita do Estado).

Tenho o feito por relatado.

Recife, 01 de Dezembro de 2009.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

Sétima Câmara Cível

Embargos de Declaração nº 114240-5/01 - Recife

Embargante: Ministério Público do Estado de Pernambuco

Embargado : Universidade de Pernambuco - UPE e outro

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

VOTO

Cotejando as razões recursais com a decisão embargada, constatamos a fragilidade dos argumentos envidados, em torno de vícios de intelecção, tratando-se, os presentes aclaratórios, ao fim e ao cabo, de recurso com propósito substancialmente infringencial, de questionar o mérito das conclusões esposadas no julgamento recorrido.

Primeiramente, no que tange à arguição de omissão, esta é facilmente ilidida quando cotejada com o julgado embargado, que, ao reconhecer a proeminência das taxas e mensalidades para o custeio do funcionamento da Universidade de Pernambuco, rechaçou, *a fortiori*, o argumento dos impetrantes em torno da preponderância das fontes públicas de receita para a mesma. Aliás, o próprio *Parquet*, em suas razões recursais, citou uma passagem do voto desta relatoria que desmente a arguição em questão:

"Respeitante à exigência de não ser mantida, a instituição, total ou preponderantemente com recursos públicos, é de se concluir que, outrossim, a Universidade de Pernambuco a satisfaz, posto que as taxas por ela cobradas mensalmente, bem como por determinados serviços prestados ao corpo discente, apresentam-se como auxílio para a manutenção da estrutura física e administrativa de seus campi, restando demonstrado que a verba estatal não representa sua fonte patrocinadora predominante, mas, em verdade, apenas uma daquelas de que dispõe".

Já no que toca ao segundo argumento - contradição do julgado -, curiosamente, como consignamos, em nosso relatório, acima de contraditória, a decisão, em relação à opinião ministerial. Esse conveniente



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

(11)

equivoco na tipificação da contradição, largamente "cometido" por advogados e Procuradores do Estado com os quais temos tido contato, não pode, igualmente, servir para cancelar a opinião do *Parquet*: cansamos de esclarecer, em sucessivos aclaratórios, qual o real sentido da contradição mencionada no artigo 535 do CPC, vício lógico de incompatibilidade interna entre premissas e conclusão de uma decisão, o que nos dificulta crer que essa sucessão de falhas das partes seja fruto de ignorância acerca desse conceito.

Diversamente, a suscitação da contradição, em caso deste jaez, não passa de artifício retórico para encobrir pretensões infringenciais (questionar uma premissa de nosso voto, qual seja: a preponderância da receita oriunda das mensalidades), tratando como contraditório o julgamento por contrariar a tese do embargante, cujos desideratos não devem ser satisfeitos, ao menos, nesta instância recursal.

Isto posto, considerando as razões aqui coligidas, infirmam-se as arguições de vícios feitas pelos embargantes, razão pela qual sou pela **rejeição dos presentes Embargos de Declaração.**

É como voto.

Recife, 01 de dezembro de 2009.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator